

# Tabaco, saúde e economia: uma análise estatística sobre o emprego de fontes jornalísticas na cobertura da COP6<sup>1</sup>

## Tobacco, health and economy: a statistic analysis of the use of journalism sources during COP6 coverage

Marília Gehrke<sup>2</sup>  
Francisco Amorim<sup>3</sup>  
Luciana Mielniczuk<sup>4</sup>

**Resumo:** A cobertura que a imprensa brasileira realizou da 6ª Conferência das Partes (COP6) da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT), de 2014, é o foco deste estudo. A partir de técnicas relacionadas ao jornalismo de dados e do uso do *software* de estatística SPSS, investiga-se as relações entre os temas e os tipos de fontes utilizadas, tendo como *corpus* de análise os 91 registros noticiosos publicados durante aquele ano nos 121 veículos pertencentes à Associação Nacional dos Jornais (ANJ). A pesquisa mostra, entre outros resultados, que do total do material estudado: 45% abordam o tema saúde, somente 9,9% do conteúdo é formado por reportagens e que em 39,6% dos casos foram ouvidas apenas fontes da mesma área temática.

**Palavras-Chave:** Fontes jornalísticas. Tabaco. COP6.

---

<sup>1</sup>Trabalho apresentado no III Seminário de Pesquisa em Jornalismo Investigativo, realizado na Universidade Anhembi-Morumbi, cidade de São Paulo, entre 23 e 25 de junho de 2016.

<sup>2</sup> Jornalista e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGCOM/UFRGS). E-mail: mariliagehrke@gmail.com.

<sup>3</sup> Jornalista, mestre em Sociologia e doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGS/UFRGS). E-mail: chicoreporter@gmail.com.

<sup>4</sup> Jornalista, doutora em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGCOM/UFRGS). E-mail: luciana.mielniczuk@gmail.com.

**Abstract:** Brazilian newspapers coverage about the Sixth Conference of the Parties (COP6) to the WHO Framework Convention on Tobacco Control (FCTC), in 2014, is the main discussion of this study. Using data journalism techniques and SPSS statistical software, this research investigates the relations between subjects and the kind of sources used. This analysis has 91 news registers published that year by 121 journalistic companies that participate of Brazilian newspapers association, named ANJ. Considering the content studied, this research indicates, for example, that 45% of the news are about health, just 9,9% are special reports and 39,6% of the cases have sources just from the same field.

**Keywords:** Sources. Tobacco. COP6.

.....

## 1 Introdução

O cultivo do tabaco, que projeta o Brasil como maior exportador e segundo maior produtor mundial – apenas atrás da China – é um tema complexo e impacta em diferentes áreas. A cada dois anos, a Organização Mundial da Saúde (OMS) realiza a Conferência das Partes (COP) da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT), com discussões que perpassam áreas como saúde, meio ambiente, economia e política, na tentativa de estabelecer ações globais para frear o tabagismo.

A COP6, edição mais recente do evento, ocorreu entre 13 e 18 de outubro de 2014 em Moscou, na Rússia. Com o objetivo de verificar como a imprensa aborda a conferência, este estudo trata do uso de fontes jornalísticas no conteúdo informativo publicado nos sites dos 121 jornais integrantes da Associação Nacional dos Jornais (ANJ) e coletado em abril de 2016. O *corpus* de análise é constituído por 91 registros informativos veiculados ao longo de 2014.

O levantamento está estruturado no *software* Statistical Package for Social Sciences (SPSS) e representa uma das possibilidades técnicas do Jornalismo de Dados (JD), que nas redações vem sendo utilizado para investigação em planilhas e aqui é empregado como parte da metodologia com o estudo de textos jornalísticos já publicados. Chama a atenção, nos resultados obtidos, a predominância de notícias sobre saúde, constituídas basicamente de fontes monorrepresentativas e produzidas em sua maioria por agências.

## 2 O que é a COP

A COP, do inglês *Conference of the Parties*, é a instância deliberativa da CQCT<sup>5</sup>, primeiro tratado internacional de saúde pública da OMS. A conferência ocorre periodicamente, em países diferentes, e leva o número de sua edição. A iniciativa de criar um tratado, de acordo com o Observatório da Política Nacional de Controle do Tabaco (2016), é de março de 2003 e entrou em vigor dois anos mais tarde, em fevereiro de 2005.

A primeira sessão da COP da CQCT foi realizada em Genebra, na Suíça, entre os dias 6 e 17 de fevereiro de 2006 – à época com a participação de 113 países, incluindo o Brasil. Os três encontros iniciais ocorreram anualmente – 2006, 2007 e 2008 – e hoje o intervalo das sessões ordinárias é de dois anos – 2010, 2012 e 2014. Em 2016, a conferência acontece de 7 a 12 de novembro, na Índia. Até março de 2015, 180 países, entre eles o Brasil, ratificaram a CQCT, comprometendo-se a frear o tabagismo.

O tratado tem contribuído para conter a propagação do tabaco, considerado uma epidemia e um problema global com sérias consequências para a saúde pública (WHO FCTC, 2016). A aplicação das medidas ligadas à CQCT, de caráter técnico, processual e financeiro, é analisada pelos países durante a conferência. Embora a OMS seja responsável pela iniciativa, o segmento da saúde – com temas como o tabagismo passivo e o tratamento de fumantes – não é o único que norteia as discussões da COP. As reuniões também geram diretrizes que envolvem a publicidade e a propaganda, os impostos sobre o cigarro, o comércio ilegal e as alternativas viáveis para a substituição do tabaco nas lavouras.

O Brasil vem adotando práticas no sentido de coibir o comércio ilegal. Além disso, é um dos países mais engajados no combate ao que o próprio governo chama de epidemia mundial do tabagismo. Foi o segundo país a assinar a Convenção-Quadro. O processo para a adesão oficial começou a tramitar em 2003 no Congresso Nacional, com ratificação pelo Senado Federal em outubro de 2005. A adesão do Brasil fez com que o tratado ganhasse *status* de política pública. A

---

<sup>5</sup> Em inglês, o termo utilizado é WHO Framework Convention on Tobacco Control (FCTC). WHO representa as iniciais de World Health Organization, em português OMS.

Política Nacional de Controle do Tabaco é gerida pela Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CONICQ), que reúne representantes de diferentes segmentos governamentais e tem o Instituto Nacional do Câncer (Inca) na coordenação da secretaria executiva.

Na abordagem histórica sobre o que é a Convenção-Quadro, o Observatório da Política Nacional de Controle do Tabaco (2016) mostra que o tratado internacional de saúde pública da CQCT começou a se desenhar em 1999, durante a 52ª Assembleia Mundial da Saúde. À época se reconheceu que o tabagismo tinha potencial de propagação e impacto devastador.

Desde o início o Brasil se envolveu na criação da Convenção-Quadro. Primeiro, assumiu a vice-presidência de um grupo designado para tal finalidade. Na sequência, durante a 53ª Assembleia Mundial da Saúde, em 2000, ocorreu a criação do Órgão de Negociação Intergovernamental (ONI) para conduzir o processo e realizar as tratativas entre os países com a presidência do embaixador brasileiro Celso Amorim.

Sob a justificativa de que o setor fumageiro exerceu pressão e associou o tratado a um eventual impacto econômico negativo sobre a produção de tabaco, o Ministério da Saúde criou, em 2004, uma espécie de guia intitulado *A ratificação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco pelo Brasil: mitos e verdades*. A publicação se propõe, em linhas gerais, a explicar que a ratificação do tratado não impede o cultivo do fumo e que os agricultores não devem sofrer penalidades nem restrições de acesso a financiamentos por parte do governo federal.

Uma discussão que perdura é a busca de alternativas viáveis, técnica e financeiramente, ao cultivo do tabaco. A publicação sobre mitos e verdades considera falsa a informação de que o Brasil iria acabar com a fumicultura e informa que a Convenção-Quadro pretende dar condições aos agricultores de trabalharem com culturas que de alguma forma ajudem a promover a saúde da população.

O debate que envolve o futuro da cadeia produtiva ainda provoca conflito entre os representantes da área da saúde e integrantes do setor fumageiro. Seguindo as diretrizes da CQCT e deliberadas na Conferência das Partes, o governo brasileiro tem apostado na elevação

da carga tributária para conter o consumo de cigarro. Uma das medidas aprovadas na plenária da COP6, em 2014, justamente dispõe sobre políticas de preços e impostos crescentes.

Um exemplo prático no Brasil é a Lei Federal 12.546, de 2014, que modifica a sistemática de tributação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e institui uma política de preços mínimos para os cigarros. Um decreto de janeiro de 2016, e que passou a vigorar em maio deste mesmo ano, criou um novo sistema de tributação do IPI e elevou o valor mínimo pago pela carteira de cigarros, atingindo R\$ 5,00 após aumento gradativo que começou em 2012, com R\$ 3,00.

Quando o governo federal adota ações como essa, o embate do público e privado e entre os agentes políticos fica mais evidente. Permanecem as desconfianças que não foram vencidas pelo manual de mitos e verdades do Ministério da Saúde. Em dezembro de 2013, prefeitos de municípios brasileiros onde a economia é movida pelo cultivo do fumo criaram a Associação dos Municípios Produtores de Tabaco (Amprotabaco) para defender a cadeia produtiva, responsável por US\$ 2,18 bilhões exportados em 2015<sup>6</sup>. Junto com deputados e senadores de regiões produtoras, mobilizam-se para frear novas políticas que possam impactar no cultivo de tabaco.

Como se viu até o momento, as decisões que permeiam a Conferência das Partes da CQCT envolvem diferentes setores da sociedade, portanto são complexas e essas circunstâncias precisam ser levadas em conta no fazer jornalístico. Uma das premissas básicas no jornalismo é justamente abordar todas as perspectivas que dão conta da complexidade do problema e apresentar ao público informações contextualizadas, capazes de auxiliar na compreensão dos acontecimentos. Na busca dessa construção, os jornalistas consultam as fontes, que pesam na qualidade do conteúdo veiculado.

---

<sup>6</sup>O montante representa o que o Brasil exportou na categoria “tabaco e seus sucedâneos manufaturados” em 2015. O número é resultado de consulta realizada em 15 de abril de 2016 no portal Alice Web, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

### 3 Fontes e jornalistas: queda de braço ou aperto de mão?

Os jornalistas executam diferentes tarefas todos os dias. Precisam abordar conteúdos variados, por vezes em diferentes plataformas. Com um olho no relógio e o outro no *deadline*, as equipes de reportagem não raro estão preocupadas somente em concluir o que é mais urgente, adiando qualquer aprofundamento no conteúdo oferecido ao público.

A partir dessas limitações e da consciência de que não é onipresente, o profissional recorre às fontes jornalísticas, que acabam se tornando parte fundamental na construção da notícia. É por meio dos dizeres dessas fontes que o jornalista fica apto a tornar público determinado acontecimento e traduzi-lo para o entendimento do leitor, espectador ou usuário. Na consulta dos fatos que não observou nem entendeu, o jornalista aciona aqueles que Chaparro (2007, p. 91) classifica como “bons informantes” e “intérpretes da realidade”.

Hall et. al. (1993) dizem que os meios de comunicação tendem a reproduzir de forma simbólica a estrutura de poder na sociedade à medida que dão voz aos representantes de instituições. São os chamados definidores primários, cuja interpretação inicial tende a nortear toda a cobertura de determinado fato. Nesse contexto, os jornalistas ficariam subordinados aos definidores primários. A ressalva é de que nem todas as informações concedidas por essas fontes são aproveitadas porque os jornalistas têm seus próprios critérios de seleção.

Sigal (1973 apud Santos, 1997) admite que os variados “quem” não têm acesso igual à imprensa. Representantes de governos e organizações, líderes políticos ou representantes de instituições privadas geralmente aparecem com maior frequência no noticiário, seja porque atuam como definidor primário, seja porque são credíveis e muitas vezes a única alternativa para a abordagem de um tema específico.

Ao tratar da institucionalização e da profissionalização das fontes, Pinto (1999) revela que jornalistas e fontes disputam espaço na mediação e nos processos de seleção e escolha da notícia. Ele sugere que há uma disputa relacionada aos processos de construção da realidade social na medida em que cada um tenta levar a um caminho diferente: os jornalistas, em tese, são

guiados pelo interesse público. As fontes, por sua vez, direcionadas pelos interesses da instituição que representam.

Nesse sentido, Chaparro (2007) faz um alerta: é preciso que o jornalista fique atento às informações espalhadas pelas fontes – que sempre representam uma instituição –, em especial nas áreas de política, economia e negócios. Às vezes uma informação propagada aos quatro ventos pelas fontes não passa de um alarme falso para tirar o foco da mídia sobre alguma situação mais grave. Nesse caso, vale confiar desconfiando: afinal, cada parte dessa negociação tem seu próprio interesse.

Pinto (1999) questiona as motivações, os objetivos e as finalidades da relação entre jornalistas e fontes. O autor aponta que as fontes procuram os jornalistas com os seguintes intuítos: visibilidade e atenção dos meios de comunicação; marcação da agenda pública e imposição de certos temas; apoio ou adesão a ideias ou produtos e serviços; prevenção ou reparação de prejuízos; neutralização de interesses de concorrentes ou adversários; criação de imagem pública positiva.

Já os jornalistas procuram as fontes para atingir os seguintes propósitos: obtenção de informação inédita; confirmação ou não para informações obtidas por meio de outras fontes; dissipação de dúvidas e desenvolvimento nos textos; lançamento de ideias e debates; fornecimento de avaliações e recomendações de peritos; e atribuição de credibilidade e legitimidade a informações recolhidas pelo repórter.

As fontes institucionais transitam de forma estratégica. De um lado, buscam o acesso aos meios de comunicação e, do outro, procuram resguardar a sua instituição de modo que os jornalistas se distanciem das informações de bastidores. Em resumo, a relação entre jornalistas e fontes pode se tornar queda de braço – quando há interesses conflitantes – ou aperto de mão – na medida em que surgem interesses similares, numa esfera de cooperação –, variando conforme as intenções de cada um.

Broesma, Den Herder e Schohaus (2013) afirmam que a notícia nasce de um cortejo entre jornalistas e fontes, em que os profissionais da imprensa precisam convencer as fontes a

contribuírem com as histórias, conceder informações e gerar falas atrativas. “Ambas as partes precisam sentir que têm algo a ganhar e ambas podem tomar a iniciativa para uma conversa” (BROESMA, DEN HERDER E SCHOHAUS, 2013, p. 388, tradução livre).<sup>7</sup> Esse cortejo, entretanto, torna-se perigoso quando ocorre uma eventual aproximação entre jornalista e fonte – mais frequente no jornalismo especializado. Quando estão mais preocupados em agradar a fonte e perdem o público de vista, os jornalistas correm o risco de se tornar, como define Pinto (1999, p. 285), meros “comerciantes da informação”.

Chaparro (2007, p. 91) também demonstra preocupação sobre aquilo que o público recebe como resultado da interação entre jornalistas e fontes. “O problema é que, nesse ajustamento de conveniências, o jornalismo frequentemente se reduz a algumas técnicas usadas como ferramentas de propaganda, para servir a interesses particulares – às vezes, dos próprios jornais e jornalistas”. Qual seria, então, a distância saudável entre as partes? Martins (2005) revela que existe um distanciamento ideal para com a fonte: nem tão distante que se perca a informação, nem tão perto que se perca a independência.

Com o advento dos meios digitais e a criação dos sites de redes sociais, o público tem mais ferramentas para atuar como fiscalizador daquilo que é publicado na imprensa. O leitor, que hoje tem uma postura ativa e é muito mais consumidor da informação, tem condições de comparar versões e apontar eventuais desvios ou discrepâncias. Se algo não está bem colocado, a credibilidade, valor maior do jornalismo, é posta em xeque. Pinto (1999) diz que a prática realiza-se cada vez mais em um quadro de altas pressões. E indica que está em causa a própria noção de jornalismo, seu lugar e sua identidade.

Um dos aspectos mais importantes é fornecer ao público subsídios para o melhor entendimento possível do conteúdo veiculado, uma vez que a interação entre jornalistas e fontes resulta naquilo que se torna conhecido e também define o que permanece oculto (BROESMA, DEN HERDER E SCHOHAUS, 2013). Faz parte desse processo a tentativa de estabelecer uma gama mais ampla e variada de fontes.

---

<sup>7</sup> Do original “Both parties need to feel they have something to gain and they both can take the initiative for a conversation”<sup>7</sup> (BROESMA, DEN HERDER E SCHOHAUS, 2013, p. 388).



Em um novo contexto de transparência na divulgação de informações, pelo menos no Brasil, o uso de técnicas ligadas ao Jornalismo de Dados (JD), que transforma números em histórias, pode ser uma alternativa para a obtenção de informações que não surgem de fontes oficiais, mas muitas vezes estão escondidas em meio aos números. As possibilidades, contudo, não se restringem às redações. Pesquisadores também estão aptos a lançar mão de ferramentas do JD como parte da metodologia de análise do conteúdo já divulgado pela imprensa.

#### **4 Jornalismo e dados na análise do fazer jornalístico**

Ao se aproximar dos números, os jornalistas têm condições de produzir conteúdo inédito a partir do cruzamento de informações obtidas em planilhas e banco de dados. Essa prática, que amplia o potencial de investigação e é facilitada pelo uso de *softwares* específicos e ferramentas de visualização, caracteriza o Jornalismo Guiado por Dados (JGD) ou simplesmente Jornalismo de Dados (JD).

Träsel (2014) explica que o Jornalismo de Dados deriva de técnicas do Jornalismo de Precisão (JP) e da Reportagem Assistida por Computador (RAC). Compreende, segundo o autor, a aplicação da computação e dos saberes sociais na coleta, no processamento, na interpretação e na apresentação de dados.

O Jornalismo de Precisão é definido por Meyer (1991) como a aplicação de métodos científicos sociais e comportamentais à prática do jornalismo. Ele defende que a falta de informação científica nos jornais deixa pobre o conteúdo veiculado, considerando que a empresa jornalística fica refém de *releases* de assessoria e consulta a fontes que defendem seus próprios interesses. O autor afirma que as técnicas presentes no JP, como ferramentas de amostragem, análise no computador e inferência estatística, incrementaram o tradicional poder do repórter sem mudar a natureza do seu trabalho, que é encontrar os fatos, compreendê-los e explicá-los.

Todas essas práticas ainda fazem muito sentido no Jornalismo de Dados. No início da década de 1990, Meyer antecipava que outras atribuições, além da boa escrita e da apuração consistente, seriam incorporadas à prática. Mais do que reportar, o profissional cumpre papel de

filtro que transmite, organiza, interpreta, coleta e entrega os fatos. “Em suma, o jornalista precisa ser um gerenciador, um processador e um analista de dados” (MEYER, 1991, p. 1, tradução livre).<sup>8</sup> Todo esse processo ajuda a analisar registros, encontrar pautas escondidas e contar histórias ímpares. “Mas nós vivemos em um mundo digital agora, em um mundo digital em que quase tudo pode ser (e em que quase tudo é) descrito por números” (BRADSHAW, 2012, p. 2, tradução livre).<sup>9</sup>

Situando o JD, cabe dizer que é considerado uma extensão para o Paradigma Jornalismo Digital em Base de Dados (JDBD) no jornalismo contemporâneo “uma vez que demarca a ampliação das possibilidades de emprego das bases de dados no processo de produção de conteúdos jornalísticos, no seu consumo e circulação” (BARBOSA E TORRES, 2013, p. 154).

Uma equipe interdisciplinar pode estar na chave para o desenvolvimento do JD. Ou o jornalismo estará fadado a trabalhar somente com dados oficiais. Vasconcellos, Mancini e Bittencourt (2015) lembram que nem todo o conteúdo jornalístico que faz uso de dados pode ser considerado Jornalismo de Dados. Para os autores, há diferença entre reportagens *com* e reportagens *de* dados. “Enquanto o primeiro contemplaria reportagens que se apropriam de dados de forma ilustrativa, no segundo caso, os dados seriam a própria razão da reportagem” (VASCONCELLOS, MANCINI e BITTENCOURT, 2015, p. 15).

O contexto atual exige uma discussão intensa sobre Jornalismo de Dados. A chegada da Lei de Acesso à Informação no Brasil, que entrou em vigor no mês de maio de 2012, abre um caminho de potencialidades para o jornalismo à medida que os três poderes precisam divulgar informações. Mais do que nunca o jornalismo pode cumprir seu papel de fiscalizador junto com o público, que também tem a possibilidade – mas nem sempre a técnica – para fazer a análise e o cruzamento dos dados, mostrando como eles afetam a vida das pessoas.

---

<sup>8</sup> Do original “In short, a journalist has to be a database manager, a data processor, and a data analyst” (MEYER, 1991, p. 1).

<sup>9</sup> Do original “But we live in a digital world now, a world in which almost anything can be (and almost everything is) described with numbers” (BRADSHAW, 2012, p. 2).

Outra potencialidade do Jornalismo de Dados está na pesquisa acadêmica. Técnicas utilizadas no JD podem ser incorporadas na análise do que já foi produzido e veiculado por empresas jornalísticas. A criação de banco de dados e o uso de estatística, como é o caso deste trabalho, ajudam a dar vida a observações que por vezes situam-se apenas no campo da especulação ou da percepção. Nesta pesquisa, as escolhas metodológicas trazem aportes para enriquecer os estudos e a compreensão sobre as práticas jornalísticas em vigência.

Utilizando o Google como ferramenta de busca, foram localizadas e listadas 91 notícias sobre a COP6 nos 121 veículos que integram a Associação Nacional de Jornais (ANJ). Os textos foram veiculados em 2014 dentro dos sites desses jornais. A busca foi executada por meio das expressões “COP6”<sup>10</sup>, “Conferência das Partes”, “Convenção-Quadro”, “Controle do Tabaco”, “OMS e tabaco”, “Conicq”. Também entraram nas possibilidades de busca os nomes “Vera Luiza da Costa e Silva”, chefe do secretariado da CQCT, e “Margaret Chan”, presidente da OMS.

Somente o conteúdo jornalístico de caráter informativo foi levado em conta para o levantamento e construção da base de dados. Colunas e artigos, que correspondem à esfera opinativa, não foram incluídos. Notícias que continham os termos de busca, mas não sustentavam relação direta com o evento foram descartadas. Uma ínfima parte dos jornais pesquisados apresentava conteúdo exclusivo para assinantes ou *links* danificados e por isso inacessíveis, criando limitações pontuais para a pesquisa, porém sem comprometer sua realização.

Para a investigação das relações entre os temas publicados e os tipos de fontes utilizadas, empregaram-se estratégias estatísticas de caráter descritivo, tendo como unidade de análise os registros noticiosos. A seguir estão relacionadas as variáveis utilizadas para classificar cada registro informativo no SPSS.

---

<sup>10</sup> Além do termo COP6, foram utilizadas algumas variações, como COP 6 e COP6/COP 6 Rússia.

TABELA 1

Lista de variáveis de natureza qualitativa utilizada no trabalho

<b>Título/tema</b>	1. Saúde
	2. Economia
	3. Política
	4. Misto
<b>Tipo</b>	1. Nota
	2. Notícia
	3. Reportagem
	4. Entrevista pingue-pongue
<b>Município</b>	1. Interior
	2. Região Metropolitana
	3. Capital
<b>Fontes</b>	1. Representante do produtor rural
	2. Representante da indústria
	3. Governo/órgão municipal
	4. Governo/órgão estadual
	5. Governo/órgão federal
	6. Especialista em saúde/pessoa ou órgão
	7. Especialista em economia/pessoa ou órgão
	8. Fumicultor
	9. Consumidor
	10. Representante da Convenção-Quadro
	11. Políticos
	12. Outros
	13. Relato sem fonte
<b>Autoria</b>	1. Jornal
	2. Agência de notícias
	3. Assessoria de imprensa
<b>Data</b>	Dentro do SPSS

<b>Abrangência</b>	1. Local/microrregional
	2. Estadual
	3. Nacional
<b>Patrocínio</b>	1. Sim
	2. Não
<b>Dados</b>	1. Sim
	2. Não

FONTE – Tabela elaborada pelos autores, 2016.

A definição dessas variáveis ocorre após a observação inicial do material coletado. Individualmente e em conjunto, elas representam uma gama de possibilidades de respostas sobre como a imprensa tratou, por meio das fontes escolhidas, a cobertura da COP6 em 2014.

## 5 Resultados

As decisões originárias da COP6 impactam em diversos setores. Trata-se de uma questão extremamente complexa, irradiada para além da cadeia produtiva do tabaco, e assim também precisa ser tratada pela imprensa. No entanto, este estudo não constata grandes esforços na contextualização dos produtos jornalísticos: maior parte do conteúdo analisado, o equivalente a 84,6%, é composto por notícias, enquanto somente 9,9% são reportagens – gênero que pressupõe um conteúdo completo, com diversas abordagens.

A importância de um estudo que se propõe a analisar as fontes utilizadas é no sentido de entender se o jornalismo tem se ocupado apenas de resolver o factual e como essa atividade vem sendo desenvolvida. A escolha das fontes diz muito sobre o tratamento do jornal a respeito de determinado tema. Dessa forma, também é necessário considerar quando e em que circunstâncias as vozes vêm de um mesmo lugar ou então de vários lugares – neste artigo esses casos são ilustrados por fontes monorrepresentativas e polirrepresentativas, que compreendem apenas um

setor ou mais de um, respectivamente. A seguir, as variáveis são analisadas por partes, de acordo com sua classificação.

### 5.1 Temas

O tema presente no título dos textos é classificado nas categorias saúde, economia, política e misto, esse quando não tem um viés específico como os três citados anteriormente. Como é possível observar no infográfico (FIG. 1), maior parte das publicações corresponde à área da saúde. Dentro do percentual de informes ligados à saúde, 78% são assinados por agências de notícias. Em se tratando de economia, a situação se inverte: 73% das publicações nessa área são produzidas por jornais.

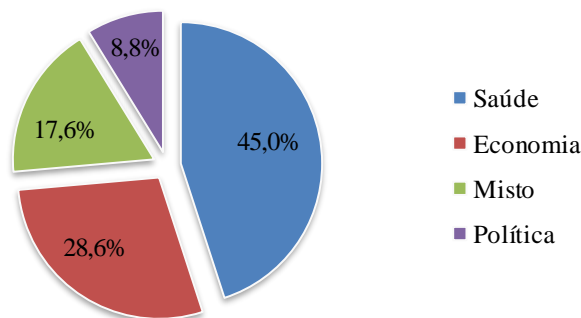


FIGURA 1 – Textos jornalísticos divididos por temas  
 FONTE – Infográfico elaborado pelos autores, 2016.

Os jornais que apresentam abrangência local são os que menos dão destaque para a saúde. Essa área recebe maior importância nos veículos de circulação estadual, responsáveis pela publicação de 53,6% do total de textos com foco na saúde. Novamente ocorre o inverso quando o tema é economia, para o qual os jornais menores destinam mais atenção. Dos 26 registros com viés econômico, 53,8% aparecem nos jornais pequenos – com abrangência localizada –, que concentram maior parte do total geral de notícias e reportagens sobre a COP6.

## 5.2 Temas, número e representação das fontes

A área da saúde, que concentra o maior número de informes, é também o segmento em que menos fontes são ouvidas. Do total de textos classificados nesse setor, 65,9% possuem somente uma única fonte. Nas publicações acerca da economia, 30,8% têm quatro fontes – número que também aparece em 18,5% das matérias jornalísticas enquadradas no segmento misto. Já na área da política, 37,5% dos registros noticiosos contavam apenas com uma fonte.

Classificadas em 13 categorias (ver TAB. 1), as fontes jornalísticas estão agrupadas conforme sua representação. Chama a atenção o percentual relativamente baixo de textos com uma pluralidade de representação (FIG. 2). Considerando que essa é uma característica basilar do jornalismo por assegurar maior capacidade de contextualização dos assuntos abordados, preocupa o fato de estar presente apenas em pouco mais da metade do *corpus* analisado.

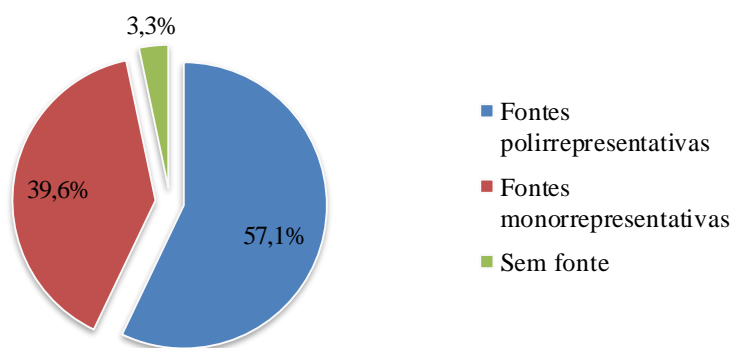


FIGURA 2 – Fontes jornalísticas e representação  
 FONTE – Infográfico elaborado pelos autores, 2016.

Dentro do contingente de fontes monorrepresentativas (39,6%), 77,7% têm relação com os informes de saúde. Em outras palavras, significa dizer que esse segmento concentra maior parte dos textos que oferecem ao público uma única voz. Dos informes identificados com fontes monorrepresentativas, 75% foram produzidos por agências.

### 5.3 Produção e veiculação de conteúdo

Os informes assinados por agências atingem 44% do total produzido, enquanto o percentual do que foi criado pelos veículos é de 56%. Praticamente metade do conteúdo analisado está publicado em jornais do interior e com abrangência local, seguido de jornais com circulação estadual e, por último, nacional (FIG. 3).

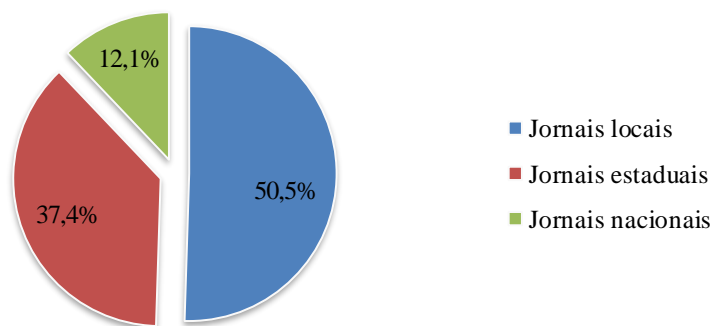


FIGURA 3 – Espaço/abrangência de veiculação dos informes

FONTE – Infográfico elaborado pelos autores, 2016.

Dos 51 textos jornalísticos publicados pelas próprias redações, 70,6% correspondem a jornais locais. Já os veículos que possuem abrangência estadual são os que mais consomem material de agência, com 62,5%.

Ao todo, 11% das publicações, referentes a um único jornal, tiveram patrocínio oficial – em outras palavras, o jornalista viajou para a Rússia e acompanhou a COP6 por meio de auxílio financeiro de entidades interessadas na cobertura, entre elas o sindicato que representa a indústria fumageira.



#### 5.4 O valor da estatística

É importante destacar que os dados de natureza descritiva apresentados neste estudo a partir de análises de frequência apresentam significativa validade estatística devido à forte correlação entre as variáveis investigadas. A associação entre elas foi estimada com o emprego do teste conhecido como qui-quadrado, que permite mensurar se há associação entre as variáveis (RAMOS, 2014) pela verificação do coeficiente de contingência, que é um indicador do grau de associação entre duas variáveis analisadas.

A partir deste teste – e lembrando que o coeficiente varia entre 0 a 1 –, é possível inferir que a composição das fontes encontra correlação positiva substancial de 0,545 com o tema dos informes jornalísticos. Resultados semelhantes foram encontrados na relação entre tema e autoria (0,542) e tema e número de fontes (0,657). Um pouco menos significativas foram as associações estatísticas entre tema e jornal (0,455) e patrocínio e jornal (0,328). Já a associação entre patrocínio e autoria, apesar de positiva, apresentou uma correlação moderada de 0,297.

#### 6 Considerações finais

A fumicultura é fonte de renda para 168,5 mil famílias distribuídas em 14 estados do Brasil<sup>11</sup> (AFUBRA, 2015). Ainda que 91% da produção esteja concentrada na região Sul, praticamente metade do País – considerando o número total de estados, que é 26 mais o Distrito Federal – tem relação direta com o cultivo do tabaco. O fumo produzido nas lavouras é comercializado para a indústria, que atua na confecção de cigarros e outros derivados. Esses números e aspectos da cadeia produtiva fornecem pistas para a complexidade da questão, que afeta, para citar alguns exemplos, o agricultor e o meio ambiente, o consumidor e o sistema de saúde pública, os municípios produtores – por consequência a política – e a economia de uma forma geral.

---

<sup>11</sup> Estimativa divulgada pela Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra) com relação à safra 2014/2015. Quanto aos estados, a entidade informa apenas que três estão localizados na região Sul, sete no Nordeste e quatro em outras áreas do Brasil.

Este estudo aponta que raramente a imprensa brasileira problematiza todo o quadro de uma única vez (em uma mesma notícia ou reportagem), que afeta o cotidiano das pessoas e tem relação direta com a COP6. Pouco mais da metade do conteúdo de economia divulgado nos veículos estudados são publicados por jornais pequenos, com abrangência local ou microrregional. A situação é muito similar no segmento da saúde, com a ressalva de que para esse tema quem dá atenção são os jornais de circulação estadual. Mesmo que a maioria dos registros seja de notícias, não é impossível trazer explicações mais amplas no jornalismo diário.

Ocorre que cada veículo explora ou reproduz – considerando que muitos utilizam material de agência de notícias – um viés específico, sem muitas vezes situar o problema em um contexto abrangente. A impressão de que tudo é efêmero não pode atrapalhar a rotina nem colocar em risco a credibilidade do jornalismo. No caso específico da COP6, muito mais do que a sustentabilidade econômica do fumicultor e dos 619 municípios produtores (AFUBRA, 2015) está em jogo. A questão também ultrapassa o cigarro e suas embalagens. Este estudo aponta que, além de ficar em dívida com o público no que toca à problematização do assunto abordado, o jornalismo fica devendo no que diz respeito à limitação das fontes utilizadas.

Ao incorporar o material criado por agências de notícia ou assessorias de comunicação, ainda que apenas para utilizar em seus portais de notícia na internet, a imprensa terceiriza sua produção. Em geral, textos como esses são publicados do jeito que foram recebidos, sem o acréscimo de novas informações. Para exemplificar: os jornais repetiram à exaustão uma notícia sobre a preocupação da OMS com cigarros eletrônicos. O conteúdo foi massivamente divulgado por agências e publicado nos sites em 26 de agosto de 2014. Um mesmo texto, composto de informações básicas, acabou se repetindo em diferentes sites.

Esta pesquisa mostra uma elevada participação de fontes monorrepresentativas – que abordam o assunto da mesma perspectiva temática – especialmente no conteúdo relacionado à saúde e criado pelas agências. Nos 91 registros noticiosos, apenas dois apresentam, no uso de fontes, um especialista em economia. Ouvir profissionais capacitados pressupõe contextualização e preocupação em prestar esclarecimentos ao público. Notícias exploradas

apenas a partir de um mesmo ponto de vista dificultam um entendimento mais amplo por parte do leitor.

Nas notícias avaliadas, nenhuma apresenta dados levantados pelos próprios jornais – os que contam com algum tipo de informação numérica usam somente repositórios oficiais. Conforme já definido neste trabalho, esse tipo de registro é feito *com* dados, mas não entra nos fundamentos do jornalismo *de* dados. Outro recurso pouco explorado, e que costuma ser didático para o leitor, é a entrevista pingue-pongue, com perguntas e respostas rápidas. Somente dois registros foram encontrados no levantamento.

E de todos os veículos analisados, apenas um, do interior do Rio Grande do Sul, enviou repórter especial para a Rússia com o intuito de acompanhar, *in loco*, as discussões sobre a COP6 da CQCT. O jornal é o diário de um dos principais municípios produtores de tabaco no Rio Grande do Sul, cuja sustentabilidade econômica passa pela cadeia produtiva. A ideia de enviado especial em princípio agrega qualidade ao conteúdo, mas pode ter seu lado negativo na medida em que o jornalista precisa atender as expectativas dos patrocinadores.

Em termos gerais, chama a atenção a limitada cobertura da imprensa nacional em relação à COP6 (FIG. 3), o que pode sugerir a falta de interesse na problemática. O período de realização da COP6, em outubro de 2014, coincidiu com o segundo turno da corrida eleitoral para a Presidência da República e pode ter interferido na cobertura da conferência. Porém, se a imprensa de fato considerasse a COP6 um tema relevante para discussão, o que se justifica, pois envolve setores que impactam a vida em sociedade, poderia trazê-lo à tona e ajudar a criar uma agenda pública abordando a complexidade que a discussão exige. O debate avançaria de maneira interdisciplinar para os campos da política, saúde, agricultura, economia (com os impostos, por exemplo). Enfim, uma abordagem à altura da importância que de fato possui.

## Referências bibliográficas

- ASSOCIAÇÃO DOS FUMICULTORES DO BRASIL – AFUBRA. **Fumicultura no Brasil**. Disponível em: <<http://www.afubra.com.br/fumicultura-brasil.html>>. Acesso em 11 jun. 2016.
- BARBOSA, Suzana Oliveira; TORRES, Vitor. **O paradigma “Jornalismo Digital em Base de Dados”**: modos de narrar, formatos e visualização para conteúdos. Galáxia. N. 25. São Paulo: PUC-SP, 2013.
- BRASIL. **Lei 12.546**, de 14 de dezembro de 2014. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12546.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12546.htm)>. Acesso em: 3 jun. 2016.
- BRADSHAW, Paul. What is Data Journalism? In: GRAY, Jonathan; BOUNEGRU, Liliana; CHAMBERS, Lucy (Org.). **The Data Journalism Handbook**: how journalists can use data to improve the news. Sebastopol: O’Reilly: 2012. p. 2-3.
- BROESMA, Marcel; DEN HERDER, Bas; SCHOHAUS, Birte. **A question of power**. Journalism Practice. Volume 7, 2013. p. 388-395.
- GRAY, Jonathan; BOUNEGRU, Liliana; CHAMBERS, Lucy (Org.). **Manual do jornalismo de dados**: como os jornalistas podem usar dados para melhorar suas reportagens. 2014. Disponível em: <[http://datajournalismhandbook.org/pt/introducao\\_6.html](http://datajournalismhandbook.org/pt/introducao_6.html)>. Acesso em: 2 jun. 2016.
- HALL, Stuart et. al. A produção social das notícias: o *mugging* nos media. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo**: questões, teorias e “estórias”. Lisboa: Veja, 1993.
- MARTINS, Franklin. **Jornalismo político**. São Paulo: Contexto, 2005.
- MEYER, Philip. **The new precision journalism**. Bloomington: Indiana University Press, 1991.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. **A ratificação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco pelo Brasil: mitos e verdades**. Rio de Janeiro: INCA, 2004. Disponível em: <[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/mitos\\_verdades.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/mitos_verdades.pdf)>. Acesso em 3 jun. 2016.
- OBSERVATÓRIO DA POLÍTICA NACIONAL DE CONTROLE DO TABACO**. Instituto Nacional do Câncer – Secretaria Executiva da Conicq. Disponível em: <[http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/observatorio\\_controle\\_tabaco/site/home/convencao\\_quadro/o\\_que\\_e](http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/observatorio_controle_tabaco/site/home/convencao_quadro/o_que_e)>. Acesso em: 16 abr. 2016.

PINTO, Manuel. **Fontes jornalísticas**: contributos para o mapeamento do campo. Vêrsila Biblioteca Digital, 1999. Disponível em: <[http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/1001/4/mpinto\\_IIIUsufono\\_1999.pdf](http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/1001/4/mpinto_IIIUsufono_1999.pdf)>. Acesso em: 22 abr. 2016.

RAMOS, Marília Patta. **Pesquisa social**: uma abordagem quantitativa com o uso do SPSS. Porto Alegre: Escritos, 2014.

SANTOS, Rogério. **A negociação entre jornalistas e fontes**. Coimbra: Minerva, 1997.

TRÄSEL, Marcelo. **Entrevistando planilhas**: estudo das crenças e do ethos de um grupo de profissionais de jornalismo guiado por dados no Brasil. Tese (Doutorado em Comunicação Social), PUCRS, Porto Alegre, 2014.

VASCONCELLOS, Fábio; MANCINI, Leonardo; BITTENCOURT, Carolina. **Cinco categorias de Jornalismo de Dados ou uma proposta para problematizar o Jornalismo a partir de dados no Brasil**. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM JORNALISMO INVESTIGATIVO, 2., 2015, São Paulo. Anais. São Paulo: ABRAJI, 2015.

WHO FRAMEWORK CONVENTION ON TOBACCO CONTROL. **Implementation and assistance**. Disponível em: <<http://www.who.int/fctc/implementation/en/>>. Acesso em: 2 jun. 2016.